

Pluralismo, intertextualidade e seletividade: Perspectivas para uma historiografia crítica da psicologia

Pluralism, intertextuality, and selectivity: Prospects for a critical historiography of psychology

Saulo de Freitas Araujo¹

[1] Universidade Federal de Juiz de Fora | **Título abreviado:** Pluralismo, Intertextualidade e Seletividade | **Endereço para correspondência:** Departamento de Psicologia, Campus Universitário, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, CEP. 36036-900 | **Email:** saulo.araujo@ufjf.br | **doi:** org/10.18761/JADA03300

Resumo: A ausência de reflexão acerca das condições que envolvem o ato de conhecer e narrar a história da psicologia acaba gerando uma profusão de histórias mal contadas, distorcidas, enviesadas e simplificadas, que reforçam um certo tipo de automatismo na produção historiográfica. Partindo das noções de pluralismo e intertextualidade, tal como apresentadas em dois textos do Prof. Abib, o objetivo do presente artigo é discutir algumas dessas condições do trabalho historiográfico em psicologia. Às duas noções já aludidas, acrescentamos o caráter inexorável da seletividade do historiador e suas implicações. Argumentamos que tal reflexão pode despertar a autoconsciência do historiador da psicologia e, portanto, contribuir para a diminuição daquele automatismo. Assim, estaremos em condições de defender uma perspectiva mais crítica para a historiografia da psicologia.

Palavras-chave: pluralismo, intertextualidade, seletividade, história da psicologia, historiografia da psicologia.

Abstract: A lack of reflection on the conditions that involve the act of knowing and narrating the history of psychology ends up generating a profusion of poorly told, distorted, biased, and simplified histories, which reinforce a certain type of automatism in historiographical production. Starting from the notions of pluralism and intertextuality, as presented in two texts by Prof. Abib, the aim of this article is to discuss some of these conditions of historiographical work in psychology. To those two notions we add the inexorable character of the historian's selectivity and its implications. We argue that such reflection can awaken the self-awareness of the historian of psychology and, therefore, contribute to the reduction of that automatism. Thus, we will be able to defend a more critical perspective for the historiography of psychology.

Keywords: pluralism, intertextuality, selectivity, history of psychology, historiography of psychology.

Existe um pressuposto tácito entre os simpatizantes da história da psicologia, segundo o qual o passado desta ciência (ou profissão) pode ser conhecido e narrado. Muito menos frequente, contudo, é a preocupação com as condições que envolvem o ato de conhecer e narrar aquela própria história. Em outras palavras, se o entusiasmo pela narrativa é grande, nem tão grande assim é a atenção para os fundamentos que a condicionam. Em consequência disso, não se pode estranhar a proliferação de histórias mal contadas, distorcidas, enviesadas e até irrelevantes. É quando a história da psicologia passa a ser dominada pelo automatismo da produção irrefletida, encaixada em moldes preestabelecidos, pronta para a desova e o consumo rápidos, com pouco ou nenhum controle de qualidade. E em que pese a satisfação de critérios meramente quantitativos de produtividade vigentes na atualidade, nada garante que ela será lida (nem mesmo pelos pares) ou cumprirá qualquer função epistêmica que lhe valha o nome.

O problema, porém, não se encontra apenas na produção e publicação da narrativa, seja na forma textual ou não, mas também na sua recepção (ou consumo). Há quase duas décadas, o Prof. Abib já chamava a atenção para o caráter problemático das reproduções de narrativas históricas em psicologia, quando dizia que:

Frequentemente o primeiro contato com história da psicologia é com o texto de historiador da disciplina. Tomado mais como objeto de instrução doutrinária do que de recepção crítica, suas interpretações são simplesmente reproduzidas, sem que haja uma indagação, sequer preliminar, sobre o modo como o texto foi construído. Se, por outro lado, se tomasse o texto como objeto de recepção crítica, o que se veria seria uma complexa intertextualidade constituída por um texto psicológico, filosófico e histórico. (Abib, 2005, p. 53)

O que a passagem acima coloca em questão, em primeiro lugar, é a necessidade de reflexão sobre o modo de construção do texto pelo historiador da psicologia, o que nos leva de volta à questão da qualidade de sua narrativa histórica, antes que possa ser recebida e discutida.

É bem verdade que a preocupação do Prof. Abib não é um acontecimento inédito. Na década de 1960, por exemplo, quando a historiografia da psicologia começava a ganhar reconhecimento, Robert Young já alertava para “a falta de padrões elevados de pesquisa” na área (Young, 1966, p. 36). Em seguida, como tentativa de remediar tal situação, surgiram propostas de uma “historiografia crítica da psicologia” (Woodward, 1980, 1987) ou simplesmente de uma “nova história da psicologia” (Furomoto, 1989). Entre as novidades celebradas pelos novos historiadores para garantir o caráter “crítico” de sua abordagem estava a inclusão das dimensões social, política e cultural na narrativa histórica da psicologia (e.g., Ash, 1998; Danziger, 1990, 1997; Kusch, 1999; Rose, 1985, 1998).

Em que pese, porém, o mérito inegável das novas abordagens para a história da psicologia, análises mais recentes têm mostrado que os altos padrões almejados por Young ainda não constituem a regra, embora possam permanecer como ideais para a área (e.g., Araujo, 2017a; Lovett, 2006; Watrin, 2017). É, pois, a persistência dos obstáculos que nos convida a recolocar a necessidade de reflexão (Araujo & Fierro, 2022; Butcher, 2022).

Aproveitando a presente ocasião de homenagem ao Prof. Abib, e deixando de lado circunstâncias mais pessoais,¹ quero aqui explorar dois aspectos que me parecem estar em sintonia com sua perspectiva para a história da psicologia: o pluralismo e a intertextualidade. Em seguida, vou acrescentar um terceiro aspecto: o caráter seletivo de todo trabalho historiográfico.

1 Ainda que minha discussão esteja restrita ao âmbito acadêmico, não poderia deixar de agradecer ao Prof. Abib por um conselho que foi decisivo para minha vida profissional posterior. Em 1998 ou 1999 – não me lembro exatamente –, quando eu ainda cursava o mestrado em Filosofia das Ciências na UFSCar e começava a me interessar pela obra de Wundt, ele me disse em uma de nossas conversas: “Alguém tem que fazer um estudo sério sobre Wundt em português. Vá lá e faça você! E não desanime com as dificuldades!”. Dali em diante, a coragem aumentou significativamente.

Pluralismo Epistemológico e Objeto Historiográfico

O primeiro ponto que me parece crucial nesta discussão é a consciência sobre o nosso objeto de estudo. Afinal, do que queremos falar quando narremos nossa história da psicologia? Existe *uma* história da psicologia a ser contada? De acordo com Roger Smith (1988/2012), se a psicologia não tem um objeto consensual, por que a história da psicologia haveria de tê-lo? Sua tese é a de que “a história da psicologia deve ser abandonada. Não parece ser possível conceituar um objeto contínuo e unitário para estabelecer as tarefas de uma tal história” (Smith, 1988/2012, p. 39). Nesse sentido, a questão do objeto da história da psicologia permaneceria aberta pela impossibilidade de delimitar um ponto fixo e único para a investigação histórica.

Isso nos leva ao pluralismo. Em seu texto “Epistemologia pluralizada e história da psicologia”, o Prof. Abib parece chegar a um veredito semelhante, embora parta de outro lugar (Abib, 2009). Ao considerar inicialmente a história da psicologia como história da ciência psicológica, o foco de sua análise recai sobre os projetos de Wundt e James. O problema começa, porém, com a constatação de que ambos os projetos de ciência psicológica são bem distintos, o que vale também para outras propostas. O ponto é que “o desenvolvimento de psicologias científicas no século passado não foi capaz de conferir unidade à psicologia. Ao contrário, o que se viu no século XX foi uma notável proliferação de psicologias científicas” (Abib, 2009, p. 199), o que coloca em xeque a própria ideia de unidade da psicologia e de ciência unificada. Assim, de acordo com Abib,

Da perspectiva da epistemologia unitária, conclui-se que, por não alcançar unidade, a psicologia não se constitui como ciência e, consequentemente, que não se pode fazer, quer epistemologia da ciência psicológica, quer história da ciência psicológica. Sob esse ponto de vista, a história da psicologia não pertence ao gênero história da ciência. (p. 199)

Refletindo sobre a passagem acima, poderíamos levantar a seguinte questão: se a história da

psicologia não pode ser uma história da ciência psicológica pelo simples fato de não haver *uma*, o que ela poderia ser então? Para responder a essa pergunta, é preciso abandonar a perspectiva da epistemologia unitária e adotar aquilo que Abib chama de “epistemologia pluralizada ou teoria pluralizada do conhecimento” (Abib, 2009, p. 196) – a tese de que o conhecimento psicológico é plural em termos de conceitos, teorias, visões de mundo etc. É bem verdade que Abib não desenvolve aqui sua concepção de pluralismo epistemológico, o que certamente requereria outro artigo, mas o fato é que tal pluralismo serve de fundamento à sua tese central sobre o objeto da historiografia da psicologia:

História da psicologia é história da cultura. Como história da cultura, é história de culturas psicológicas e filosóficas, bem como é história das ideias. Como história de culturas psicológicas é história de tradições de pensamento psicológico. Tradições são práticas sociais de longa duração, ou simplesmente culturas, consequentemente, tradições de pensamento psicológico são culturas, ou práticas culturais. Como práticas culturais ou culturas, tradições de pensamento psicológico se constituem como práticas de pesquisa, com desfechos favoráveis para algumas e desfavoráveis para outras. (p. 199)

Ao mudar, então, sua perspectiva (da epistemologia unitária para a pluralizada), o historiador da psicologia ampliaria significativamente o escopo de seu objeto de estudo, passando a considerar novas possibilidades de investigações: em vez *da* ciência psicológica, *as* culturas ou tradições psicológicas. Assim, podemos dizer que, para Abib, o pluralismo epistemológico conduz a um pluralismo historiográfico.

Intertextualidade e Pesquisa Histórica

A defesa de um pluralismo historiográfico por si só nada nos diz sobre os modos de realizar uma pesquisa histórica em psicologia. Ela apenas nos permite circunscrever um vasto campo de possibilidades de estudo (p. ex., as tradições de pensamento psicológico, as culturas psicológicas etc.).

Por esta razão, ela necessita de um complemento metodológico.

O que o Prof. Abib chama de intertextualidade parece cumprir tal função ao menos em relação aos textos escritos pelos grandes psicólogos. Em seu “Prólogo à História da Psicologia” (Abib, 2005), Abib adverte para o caráter intertextual de todo texto psicológico, que ele define da seguinte maneira: “Nessa intertextualidade, texto refere-se à obra do psicólogo, pré-texto à filosofia (especificamente à filosofia da ciência), e contexto às tradições intelectuais e culturais vigentes na época da constituição do texto” (Abib, 2005, p. 54).

Em termos gerais, o ponto central da proposta de Abib é que, para ser bem compreendido, o objeto do historiador da psicologia (o texto psicológico) requer uma análise tanto pré-textual quanto contextual. Caso contrário, o historiador oscilará entre a cegueira e a vacuidade. Não por acaso, Abib vê aqui a intertextualidade em termos análogos à necessidade de colaboração – estipulada por Kant na *Crítica da Razão Pura* (A51/B75)² – entre as duas fontes de nosso conhecimento (conceito e intuição): “o texto psicológico é cego sem seu pré-texto filosófico e o pré-texto filosófico é vazio sem o texto psicológico ... Sem a estrutura intertextual, apreciações contextuais são vazias. E sem apreciações contextuais, a estrutura intertextual é cega” (p. 54).

Em relação ao pré-texto, o que Abib quer enfatizar é a necessidade de o historiador da psicologia levar em consideração “o texto filosófico frequentemente silencioso que corre por trás do texto psicológico” (p. 54). Isso requer, por parte do historiador, uma espécie de preparação filosófica que o habilite a compreender a trama teórico-conceitual do texto em questão. Em outras palavras, as teorias psicológicas de psicólogos como Wundt e James – para citar dois exemplos indiscutíveis e frequentemente mencionados pelo próprio Abib – são incompreensíveis ou, no melhor dos casos, apenas parcialmente compreensíveis sem a elucidação de seus compromissos filosóficos (lógicos, epistemológicos, metafísicos etc.). No caso de Wundt, trata-se de sua inserção na tradição do idealismo alemão e de sua

relação com o neokantismo (Araujo, 2016, 2020); no caso de James, o que está em jogo é o papel do pluralismo, do empirismo radical e do pragmatismo no desenvolvimento de seu pensamento psicológico (Araujo & Osbeck, 2020, no prelo).

Apesar da relevância da análise pré-textual, “a intertextualidade do texto do historiador da psicologia não pára por aí. Um texto não é só texto e pré-texto. É também contexto” (Abib, 2005, p. 54). Aqui entra a análise contextual, na qual o historiador

faz perguntas contextuais e procura respostas na história intelectual e cultural do texto, em autobiografia e biografias do autor do texto, em documentos (por exemplo, anais e resumos de congressos, participação em associações profissionais), correspondências e testemunhos de colegas e de discípulos e até mesmo na investigação da orientação intelectual de colaboradores. (p. 54)

A passagem anterior permite-nos esclarecer algo que Abib só anunciaria em seu texto posterior, que analisamos acima: a tese de que “história da psicologia é história da cultura” (Abib, 2009, p. 1999). Assim, a tarefa do historiador da psicologia amplia-se enormemente, uma vez que ao não mais se restringir ao âmbito da ciência propriamente dita, busca “o contexto intelectual e cultural mais amplo” (Abib, 2005, p. 55). Como exemplo deste tipo de análise, Abib menciona o trabalho magistral de Laurence Smith sobre a relação do movimento neobehaviorista com o positivismo lógico no contexto sociocultural norte-americano (Smith, 1986).

Vale notar ainda que a noção de intertextualidade (texto, pré-texto e contexto) cumpre outra função metodológica, a saber, a superação da dicotomia “internalismo x externalismo” na historiografia da psicologia. Nas palavras do próprio autor:

Trata-se de uma dicotomia com um mérito a ser preservado, mas, fora isso, limita a compreensão da investigação histórica. De um lado, protege o texto de apreciações pré-textuais e contextuais com graus vários de ignorância do texto: as apreciações vazias, ou quase vazias. A noção de história interna desqualifica, com

2 A passagem original de Kant é a seguinte: “Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (Kant, 1781/1994, p. 89).

razão, essa estratégia, chamando-a de história externa. Garantida, porém, a investigação da gênese interna da estrutura texto-pré-texto, o contexto não pode ser lido como história externa, porque a gênese contextual é interna àquela estrutura. A dualidade história interna história externa é legítima no que se refere a estratégias preliminares de investigação histórica, mas é equívoca, ao menos no que se refere ao sentido de contexto histórico examinado aqui, para caracterizar a natureza dessa investigação, e por isso é melhor ignorá-la. (Abib, 2005, p. 55)

De acordo com a passagem acima, o que a noção de intertextualidade permite evitar é a limitação imposta pela dicotomia em termos de uma disjunção exclusiva (“ou ... ou”). Como há uma íntima relação entre pré-texto e contexto, toda tentativa de isolá-los é arbitrária e prejudicial para a investigação histórica em psicologia. É exatamente por isso que uma história filosófica da psicologia não deve excluir seu contexto (Araujo, 2017a, 2017b).

É possível argumentar que a noção de intertextualidade, tal como proposta pelo Prof. Abib, só se aplica a alguns tipos de pesquisa histórica em psicologia, mais especificamente àquela relacionada aos textos de grandes psicólogos, que possuem um profundo vínculo com a tradição filosófica. No caso de textos com caráter mais prático ou técnico, não haveria um pré-texto filosófico a ser analisado. Além disso, é igualmente possível vislumbrar pesquisas históricas que privilegiassem aspectos puramente institucionais ou profissionais da psicologia, ocasiões em que o pré-texto filosófico estaria ausente ou, ao menos, suficientemente empobrecido para justificar uma análise. Em tais casos, a relação texto-pré-texto-contexto estaria comprometida. É provável que o próprio Abib estivesse consciente desses limites, embora não os tenha explicitado nos textos aqui analisados. O ponto central, porém, não me parece ser a eventual limitação da proposta – que mereceria uma discussão à parte –, mas sim seu potencial heurístico para o historiador da psicologia. Retornarei a este ponto no final.

Seletividade e Autoconsciência

Além das noções de pluralismo e intertextualidade, há na proposta do Prof. Abib um terceiro elemento que me parece fundamental, mas que não se encontra suficientemente desenvolvido nos textos: a noção de seletividade do historiador da psicologia. Não é que ele não tenha notado isso antes. Quando afirma, por exemplo, que “o recorte filosófico da leitura é interessado” (Abib, 2005, p. 59), ele está apontando exatamente para tal elemento. No entanto, falta explicitá-lo e articulá-lo com os outros dois elementos. É precisamente este o objetivo desta última seção.

Já na segunda metade do século XVIII, o teórico da história Johann Martin Chladenius (1710-1759) advertia para a inevitabilidade daquilo que chamou de ponto de vista (*Sehepunkt*) de todo historiador, que ele define em termos gerais como “o estado interior e exterior de um espectador, do qual emana uma determinada e específica forma de visualizar e considerar as coisas que se lhe apresentam” (Chladenius, 1752/2013, p. 113). Isso implica que todo historiador é não só interessado, mas também pode ser um simpatizante ou mesmo um especialista, de modo que “são incontáveis os lados de onde uma mesma coisa pode ser observada” (p. 114). Seja como for, insiste Chladenius, “a narrativa pressupõe um espectador que não existe sem ponto de vista” (p. 146).

Voltando ao texto do Prof. Abib, é preciso enfatizar que tanto o pluralismo quanto a intertextualidade pressupõem a seletividade do historiador da psicologia, que pode ser compreendida ao menos em dois níveis, ambos associados ao conceito de ponto de vista (*Sehepunkt*). Num primeiro momento, a pluralidade de objetos de investigação histórica coloca a necessidade de escolha por parte do historiador. Se não há a história da psicologia a ser narrada, então o historiador deve escolher seu objeto, o que significa um recorte do campo de possibilidades. Esse recorte revela, por sua vez, o interesse do historiador. Afinal, é o interesse, a curiosidade intelectual que motiva a escolha. Assim, a pergunta formulada pelo próprio Abib – “Onde começa a história da psicologia?” (Abib, 2009, p. 199) – adquire seu sentido pleno: ela remete o historiador às origens da elaboração de seu próprio objeto de investigação. Dependendo do que o historiador entenda

por ‘psicologia’, ele encontrará vários inícios possíveis para a sua história (Araujo, 2021; Danziger, 2013, Robinson, 2013a, 2013b; Teo, 2013). Aqui, o pluralismo impede que a própria questão ganhe uma resposta fechada e definitiva.

Num segundo momento, a intertextualidade aponta para os compromissos teórico-metodológicos do próprio historiador da psicologia. Em outras palavras, este último não apenas escolhe seu objeto, mas também seu referencial de análise. Nesse sentido, a investigação de um objeto está entrelaçada “com as crenças metafísicas e epistemológicas do intérprete” (Abib, 2005, p. 59). Mas se isso é inevitável, por um lado, pode levar, por outro, a omissões e distorções significativas do objeto investigado. Trata-se aqui de um caso específico de viés do pesquisador. É assim que Abib entende, por exemplo, “o interesse de Boring em ler o texto wundtiano na versão titcheneriana” (Abib, 2005, p. 59).

Vale aqui lembrar que a noção de seletividade, associada ao que Chladenius chamou de ponto de vista, não implica nem o relativismo nem o antirrealismo, uma vez que o historiador pode “distorcer a história” (pp. 145-146). Em outras palavras, a seletividade não deve ser entendida como partidarismo, que é fonte de distorções históricas. Ainda de acordo com Chladenius, embora não seja possível para o historiador se livrar da seletividade, “narrar de modo apartidário só pode, pois, consistir em não adulterar ou obscurecer propositalmente, tanto quanto possível, ou narrar de acordo com a melhor consciência” (p. 147).

Ouvindo ecoar as preocupações de Chladenius, penso que a noção de seletividade aqui esboçada precisa ser articulada com mais um elemento, para que a proposta do Prof. Abib ganhe sua significação máxima: a autoconsciência. Como o historiador da psicologia não pode escapar de sua própria seletividade, parece que não resta ao historiador alternativa senão a da autoconsciência, a fim de evitar as omissões e distorções que constituem as narrativas enviesadas da história da psicologia. Logo, ao tomar consciência de suas escolhas sobre o objeto de investigação e o referencial de análise, o historiador adquiriria domínio sobre as eventuais limitações inerentes ao seu recorte e às suas estratégias de investigação, evitando as armadilhas de sua própria seletividade. Pluralismo, intertextualidade e seleti-

vidade estariam, pois, integrados em uma mesma proposta.

Conclusão

Se é verdade que a proposta do Prof. Abib carece de maiores detalhamentos e explicitações, não há dúvida de que ela toca no cerne dos problemas relacionados à historiografia da psicologia. As noções de pluralismo e intertextualidade, aliadas à de seletividade, constituem de fato um esforço louvável de elaboração teórico-metodológica para a pesquisa histórica em psicologia. Por isso mesmo, seu mérito deve ser situado não só no âmbito de seu potencial heurístico, como resaltei acima, mas principalmente na sua capacidade de despertar a autoconsciência do historiador da psicologia em relação à sua dupla seletividade. Somente assim, penso eu, a historiografia da psicologia poderá alcançar aqueles padrões elevados defendidos por Young há mais de meio século, dos quais, salvo raras exceções, ainda nos mantemos afastados.

Referências

- Abib, J. A. D. (2005). Prólogo à história da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(1), 53-60. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000100008>
- Abib, J. A. D. (2009). Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiae Studia*, 7(2), 195-208. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662009000200002>
- Araujo, S. F. (2016). *Wundt and the philosophical foundations of psychology: A reappraisal*. Springer.
- Araujo, S. F. (2017a). Toward a philosophical history of psychology: An alternative path for the future. *Theory & Psychology*, 27(1), 87-107. <https://doi.org/10.1177/0959354316656062>
- Araujo, S. F. (2017b). On methodological pluralism, context, and misinterpretation in the historiography of psychology: A reply to Brock and Burman. *Theory & Psychology*, 27(3), 426-433. <https://doi.org/10.1177/0959354317695480>
- Araujo, S. F. (2021). O nome e a coisa: Sobre as

- origens da psicologia como ciência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 1220-1248. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739>
- Araujo, S. F. & Fierro, C. (2022). Returning to the sources: An interview with Saulo de Freitas Araujo about the book series Clássicos da Psicologia (Classics of Psychology). *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 58(3), 335-340. <https://doi.org/10.1002/jhbs.22204>
- Araujo, S. F. & Osbeck, L. (2020). William James and the role of psychology in philosophy. In W. Pickren (Ed.), *The Oxford encyclopedia of modern history of psychology*. DOI: 10.1093/acrefore/9780190236557.013.831.
- Araujo, S. F. & Osbeck, L. (no prelo). "Ever not quite:" *Pluralism(s) in William James and contemporary psychology*. Cambridge University Press.
- Ash, M. (1998). *Gestalt psychology in German culture, 1890-1967*. Cambridge University Press.
- Butcher, K. L. (2022). More questions than answers: Interrogating restricted access in the archives. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 58(2), 223-231. <https://doi.org/10.1002/jhbs.22179>
- Chladenius, J. M. (2013). *Princípios gerais da ciência histórica*. Editora da Unicamp. (Trabalho original publicado em 1752).
- Danziger, K. (1990). *Constructing the subject*. Cambridge University Press.
- Danziger, K. (1997). *Naming the mind. How psychology found its language*. Sage.
- Danziger, K. (2013). Psychology and its history. *Theory & Psychology*, 23(6), 829-839. <https://doi.org/10.1177/0959354313502746>
- Kant, I. (1994). *Crítica da razão pura*. Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1781).
- Kusch, M. (1999). *Psychological knowledge: A social history and philosophy*. Routledge.
- Lovett, B. (2006). The new history of psychology: A review and critique. *History of Psychology*, 9, 17-37. <https://doi.org/10.1037/1093-4510.9.1.17>
- Robinson, D. (2013a). Historiography of psychology: A note on ignorance. *Theory & Psychology*, 23(6), 819-828. <https://doi.org/10.1177/0959354313499426>
- Robinson, D. (2013b). A word more. *Theory & Psychology*, 23(6), 852-854. <https://doi.org/10.1177/0959354313506797>
- Rose, N. (1985). *The psychological complex. Psychology, politics and society in England 1869-1939*. Routledge and Kegan Paul.
- Rose, N. (1998). *Inventing ourselves: Psychology, power, personhood*. Cambridge University Press.
- Smith, L. (1986). *Behaviorism and logical positivism: A reassessment of the alliance*. Stanford University Press.
- Smith, R. (2012). A história da psicologia tem um objeto? In S. F. Araujo (Ed.), *História e filosofia da psicologia: Perspectivas contemporâneas* (pp. 15-56). Editora UFJF. (Trabalho originalmente publicado em 1988).
- Teo, T. (2013). Agnotology in the dialectics of the history and philosophy of psychology. *Theory & Psychology*, 23(6), 840-851. <https://doi.org/10.1177/0959354313504838>
- Watrin, J. P. (2017). The "new history of psychology" and the uses and abuses of dichotomies. *Theory & Psychology*, 27(1), 69-86. <https://doi.org/10.1177/0959354316685450>
- Woodward, W. (1980). Toward a critical historiography of psychology. In J. Brozek & L. Pongratz (Eds.), *Historiography of modern psychology* (pp. 29-67). Hogrefe.
- Woodward, W. (1987). Professionalization, rationality, and political linkages in twentieth-century psychology. In M. Ash & W. Woodward (Eds.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 295-309). Cambridge University Press.
- Young, R. (1966). Scholarship in the behavioural sciences. *History of Science*, 5, 1-51. <https://doi.org/10.1177/007327536600500101>

Histórico do Artigo

Data do Convite: 10/08/2022

Recebido em: 06/12/2022